

CONTRATO CEDAE N.º 069/2019 (DJG)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e o escritório **VEIRANO E**
ADVOGADOS ASSOCIADOS.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Jurídico e de Gente e Gestão, Sr. JOSÉ SABA FILHO, e de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e o escritório **VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sediado na Av. Presidente Wilson, 231, 21º andar, salas 2101 a 2104, e , 23º e 25º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 27819937/0001-40, neste ato por meio de seus administradores, Sr. ANDRÉ SOUZA DE CARVALHO, OAB/RJ Nº 99.428, e Sr. LUIZ GUILERME MORAES REGO MIGLIORA, OAB/RJ N. 63.306, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.281/2019**, mediante **Dispensa de Licitação n. 001/2019 (DJG)** fundamento no art. 29, inciso VI da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente se destina à "**CONTRATAÇÃO REMANESCENTE DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, FISCAL E DE DEFESA EM PENALIDADES, NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL**", obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Concorrência Nacional - CN nº 204/2014, em virtude da rescisão do **Contrato nº 035/2015**, conforme aprovado em REDIR de 06 de Junho de 2019, atuada às fls. 241 do Proc. E-07/100.281/2019.

Parágrafo Único- Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência (anexo I) e a **proposta** da **CONTRATADA** atuada às fls. 42 do Processo Administrativo nº. **E-07/100.281/2019**, cujos conteúdos obrigam a **CONTRATADA** e passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência anexo:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor, sob a coordenação técnica do Sr. ANDRÉ SOUZA DE CARVALHO, OAB/RJ Nº 99.428;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;



- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas se possuir empregados alocados a este contrato e em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente contratação ficará vigente a partir da ordem de início, que poderá ser emitida após a assinatura deste contrato, até 01 de Julho de 2020, quando alcançará o limite de 60 (sessenta) meses de duração.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110304
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2019000648.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada sob o regime de execução por preço unitário, sendo o seu valor total estimado em **R\$ 672.815,00 (seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e quinze reais)**, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
VALOR UNITÁRIO POR PROCESSO	R\$ 47,05



Parágrafo Único – Com exceção do disposto no item 3 do Termo de Referência, o preço ajustado nesta Cláusula incluirá o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.



Parágrafo Sétimo– Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

Parágrafo Oitavo – Quando aplicável, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea “j” da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

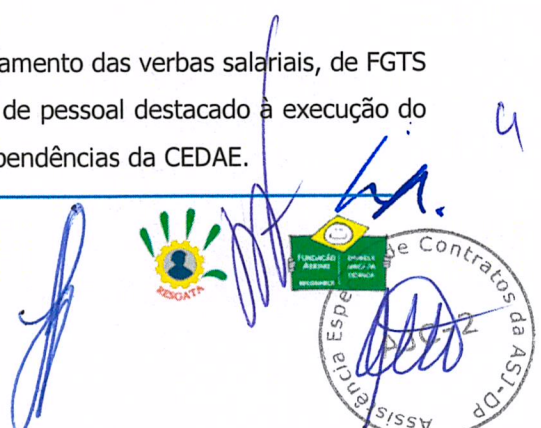
A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a. medição/detalhamento do serviço prestado;
- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra “j”, deste instrumento; e
- c. declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS, exigível apenas quando houver previsão de pessoal destacado à execução do serviço, mesmo que em caráter eventual, nas dependências da CEDAE.



Handwritten signature and official stamp of the CEDAE. The stamp is circular and contains the text 'Assis. e Contratos da ASJ-OP' and 'Assis. e Contratos da ASJ-OP'. There is also a small logo with the word 'RESCATA' and a green stamp with the text 'Fiscalização' and 'Assis. e Contratos da ASJ-OP'.

Parágrafo Quarto - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quinto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Sexto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADERCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de **até 30 (trinta)** dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará



mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Quinto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) **impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento,** que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

Parágrafo Sexto – A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Sétimo – Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Oitavo- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Nono– Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

Parágrafo Décimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE



O valor contratual poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGPM, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da estimativa orçamentária (Io) realizada na CN nº 204/2014, do qual este contrato é remanescente, conforme a expressão matemática a seguir:

$$R = \frac{Po [I - Io]}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IGPM correspondente ao mês do reajustamento

Io = IGPM correspondente ao mês da estimativa orçamentária.

- a) *Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.*
- b) *O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à fatura dos serviços.*

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da estimativa orçamentária (Io).

Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.0

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

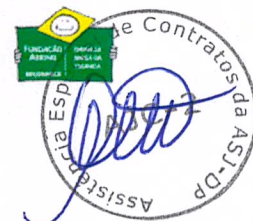
Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à CONTRATADA formular tal solicitação.



Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo-Segundo - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo-Terceiro - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa; e
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.


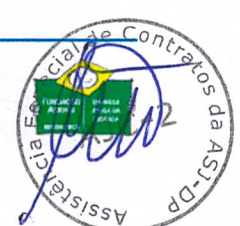

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e



v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.



I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III - decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.



Assessoria de Contratos da ASJ-DP

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à



garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

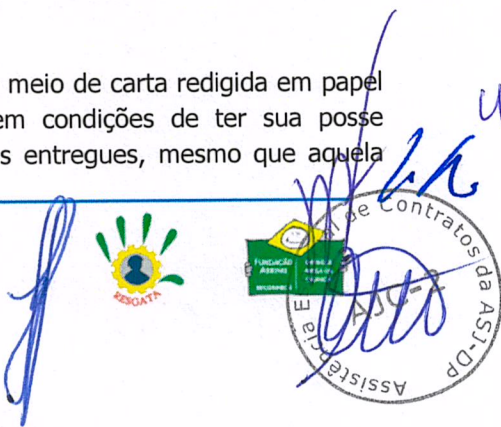
Parágrafo Primeiro – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela



entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.



- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

Parágrafo Quinto– A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta

registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.



Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.



Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

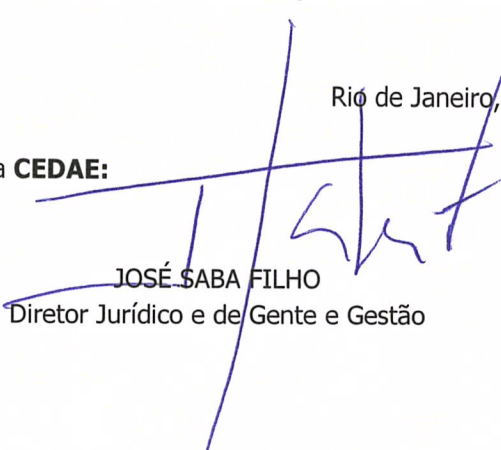
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.




E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

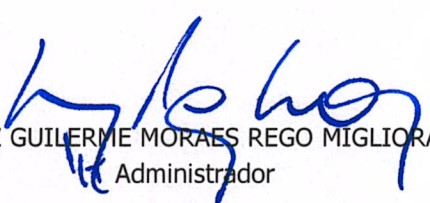
Pela **CEDAE**:


JOSÉ SABA FILHO
Diretor Jurídico e de Gente e Gestão


JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


ANDRÉ SOUZA DE CARVALHO
Administrador


LUIZ GUILERME MORAES REGO MIGLIORA
Administrador

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-VEIRANO-contratação-remanescente-DL-001-2019-DJG

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 -OBJETO

A CEDAE vem, através do presente Termo de Referência, informar a necessidade de contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços de contencioso administrativo nas esferas municipais, estaduais e federal, bem como diante de suas respectivas autarquias e fundações e, também, de contencioso judicial nas áreas fiscal, tributária e de executivos fiscais de que tratam a Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980.

Esclarece-se que a contratação englobará processos judiciais e administrativos, tanto tributários quanto relacionados a débitos não tributários passíveis de inscrição em Dívida Ativa das Fazendas Públicas e execução por meio da Lei 6.830/80.

2 - JUSTIFICATIVA

Há que se explicitar que a contratação do escritório de advocacia, ora pretendida, refere-se ao remanescente do serviço, de natureza contínua, e se realizará por dispensa de licitação, em decorrência da rescisão do Contrato CEDAE nº 035/15 (DP), em vias de se efetivar.

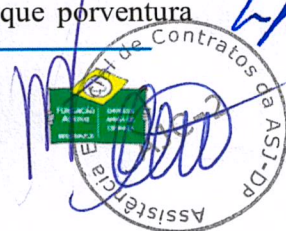
Ressalte-se que se mantém a necessidade da prestação dos serviços abarcados pelo contrato a ser rescindido, tendo em vista que a quantidade de processos judiciais e administrativos – muitos de notável relevância –, não permite sua total absorção pelo jurídico interno da Companhia.

Informa-se que será atendida a ordem de classificação da licitação anterior (CN nº 204/2014), bem como serão aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

3 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Ademais, os serviços englobarão:

- Acompanhamento e defesa em procedimentos/processos administrativos junto aos Municípios, Estados e União, e suas respectivas autarquias e fundações, que porventura



venham a notificar, intimar ou autuar a CEDAE nas áreas de suas respectivas competências e cujas notificações, intimações ou autuações poderão se converter em multas administrativas passíveis de execução fiscal, até última Instância;

- Acompanhamento e defesa em processos judiciais de natureza fiscal e tributária e ações de execução fiscal de que tratam a Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980 relacionadas a débitos não tributários passíveis de inscrição em Dívida Ativa das Fazendas Públicas, em que seja parte a CEDAE, compreendendo todas as causas antigas e as que vierem a ser recebidas, as quais terão seu trâmite perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro ou perante a Justiça Federal, estando incluídas, não exaustivamente, Ações Ordinárias, como Anulatórias, Ações Sumárias, Medidas Cautelares, Ações Consignatórias, Ações Rescisórias, Mandados de Segurança, Ações Populares e Ações Cíveis Públicas, assim como todos os incidentes processuais decorrentes (recursos, embargos, impugnações e exceções);

- Acompanhamento de recursos junto aos Tribunais Superiores, com a realização de sustentação oral nos recursos onde a mesma seja possível, o que significa que o escritório deverá manter representação em Brasília;

- Elaboração de contestações, exceções, reconvenções, impugnações ao cumprimento de Sentença, Embargos à Execução, cumprimento aos prazos judiciais, realização de audiências e sustentações orais;

- Promoção de novas ações que se repute necessárias à proteção dos direitos da CEDAE nas áreas acima destacadas;

- Elaboração de relatórios de contingências, de êxito, de acordos celebrados, de andamento processual, planilhas de penhora, assim como demais relatórios a serem demandados pela Assessoria Jurídica, por qualquer Diretoria da Companhia ou por órgão fiscalizador da administração pública;

- Alimentação das informações junto ao gerenciador processual, sob orientação da Assistência Especial Fiscal e Tributária;

Informa-se ainda que, atualmente, a Assistência Especial Fiscal e Tributária conta com cerca de **1.100 (um mil e cem) processos em andamento.**



Impõe-se necessária a contratação de serviços que englobem o acompanhamento dos novos processos, bem como dos processos em andamento, pelo período remanescente, relativo ao Termo Aditivo nº 03 do Contrato CEDAE nº 035/15 (DP), que encontra termo em 01/07/2019, somando-se, ademais, o período de 12 (doze) meses, referente à prorrogação prevista na cláusula segunda do referido contrato. Isso porque, com a celebração do Aditivo nº 03, o prazo da contratação que se pretende substituir, passou a ser de 48 (quarenta e oito) meses, sendo possível sua prorrogação por mais um período, até o cômputo total de 60 (sessenta) meses.

As propostas apresentadas pelos licitantes foram configuradas em preço por processo que abranja a totalidade dos serviços acima descritos. Ressalta-se que o preço deverá levar em consideração possíveis gastos com locomoção, transporte e cópias. Conforme a cláusula terceira, inciso IV, do Contrato CEDAE nº 35/15 (DP), **a ser substituído, quando os serviços forem prestados fora do Estado do Rio de Janeiro, será obrigação da CEDAE fornecer passagens, estadia e diária, de acordo com as suas normas, ou optar ressarcir essas despesas ao Escritório Contratado, mediante a aprovação prévia de gastos.**

Os valores referentes às custas judiciais pagas através de DARF'S, GRU'S e GRERJ'S, guias de honorários periciais e despesas com contratação de assistente técnico serão custeados diretamente pela CEDAE ou reembolsados quando pagos pelo Escritório.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Item	Código IFS	Especificação do Serviço	UNID	QUANT	VL UNIT./MENSAL	VL. total
	201601006	Contratação de pessoa jurídica, de acordo com as especificações do item 3				

4- CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Técnica e preço, conforme Edital CN nº 204/2014 – ASS-8-DP.



5- TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

5.1. (X) SERVIÇO:

5.1.2. (X) de natureza contínua ou () de escopo;

5.1.3. () com mão de obra alocada ou (X) sem mão de obra alocada;

5.1.4. (X) regime de execução por preço unitário; () Regime de execução por preço global; ou () Regime de execução por tarefa.

6. PRAZO DE ENTREGA DO BEM OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deve ser prestado até 01 de julho de 2020, quando alcançará o limite de 60 (sessenta) meses.

7- LOCAL DE EXECUÇÃO OU ENTREGA DO BEM:

Rio de Janeiro e Brasília.

8- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Dispensado.

9- PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO OU SERVIÇO

Não aplicável.

10 - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Em parcelas mensais.

11- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, e seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente;



- II - prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- III - possuir estrutura física (escritório) na Cidade do Rio de Janeiro, de forma a possibilitar o comparecimento dos advogados em audiências, sessões de julgamento e reuniões, bem como para a prática de quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento do contrato;
- IV - prestar, sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ele imputáveis;
- V - responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- VI - iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- VII - articular-se, no primeiro mês do contrato, quando for o caso, com o anterior prestador de serviços, objetivando a transferência dos processos em curso, de forma a haver continuidade da prestação de serviços;
- VIII - não divulgar nem fornecer a terceiros dados ou informações referentes aos serviços executados para a **CEDAE**, salvo com autorização expressa e por escrito da mesma;
- IX - solicitar à CEDAE, em prazo hábil e por escrito, as providências que dependam de sua atuação, relativas aos processos em curso;
- X - responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos incidentes sobre o objeto do presente contrato;
- XI - designar, para a condução de cada processo, pelo menos um dos integrantes da equipe técnica indicada para a execução dos serviços;
- XII - somente atender às recomendações de natureza técnica ou geral emanadas da CEDAE;
- XIII - não patrocinar causas que tenham como interessadas partes que estejam em litígio com a CEDAE;
- XIV - empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CEDAE, sob seus cuidados profissionais;
- XV - apresentar relatório de acompanhamento dos processos entregues ao seu patrocínio, mensalmente, contendo os dados indicados pela Contratante;
- XVI - disponibilizar o relatório aludido no item anterior por meio de impressos, e-mail ou através de qualquer outro meio informatizado, conforme solicitado pela **CEDAE**;
- XVII - independentemente do relatório solicitado no item XV desta Cláusula, a **CEDAE** poderá solicitar a apresentação de relatório(s) circunstanciado(s) do(s) processo(s), em



trâmite ou já encerrado(s), bem como nota(s) técnicas(s) com juízo de valor, relativamente às causas sob seu patrocínio, na forma que indicar e no prazo que fixar;

XVIII - informar no recebimento da causa e sempre que solicitado, previsão do valor que montará uma eventual condenação total e estimativa de risco dentro do parâmetro: remoto, possível, provável;

XIX - incluir no gerenciador processual as petições protocoladas nos processos judiciais e administrativos, bem como demais informações cabíveis;

XX - responder, juntamente com os seus sócios e integrantes não-sócios, solidária e ilimitadamente, pelos danos causados à **CEDAE** por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de outras responsabilidades legais;

XXI - utilizar todos os recursos, ações, requerimentos e impugnações admitidos em direito como meio de defesa e garantia dos direitos da **CEDAE**, somente eximindo-se desta responsabilidade caso a **CEDAE** autorize por escrito a não utilização de um destes instrumentos;

XXII - cumprir fielmente o contrato, de forma que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição;

XXIII - executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;

XXIV - fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços contratados;

XXV - assumir inteira responsabilidade cível e administrativa por quaisquer danos e prejuízos oriundos de omissões ou atos praticados por seus empregados e prepostos, durante a execução do contrato;

XXVI - fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela **CEDAE**, todas as informações relativas aos processos sob seu patrocínio, sem prejuízo do disposto no item XV desta Cláusula (relatório);

XXVII - arcar com todos os custos relacionados com o seu pessoal, necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados;

XXVIII - solicitar à **CEDAE**, por intermédio do Gestor do Contrato, autorização expressa e prévia, por escrito, para a celebração de acordos, desistência de feitos, renúncia ou desistência de recursos bem como quaisquer decisões que possam dar termo ao processo;

XXIX - propor, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da documentação pertinente, as ações judiciais solicitadas pela **CEDAE**, salvo manifestação expressa da



CEDAE em sentido contrário, e exceto nos casos em que esteja na iminência de ocorrer prescrição, decadência ou perda de outro direito ou benefício, hipóteses em que tais ações deverão ser propostas imediatamente.

Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12 – AMOSTRA

Não aplicável.

13- VISITA TÉCNICA

Não aplicável.

14-ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Não aplicável.

15- FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Através de contrato.

16- CONDIÇÕES GERAIS

O preço dos honorários estabelecido, além da remuneração pelos serviços contratados, inclui:

- a) a interposição de embargos de declaração, apresentação de todas as modalidades de defesa, inclusive através de embargos à execução; atuação em medidas cautelares e em mandados de segurança conexos à ação sob o patrocínio do **Escritório**;
- b) a atuação em ações declaratórias incidentais e outros incidentes processuais que estejam vinculados diretamente ao processo entregue ao patrocínio do **Escritório**;
- c) a interposição de Agravo(s) de Instrumento em recursos, quando cabível(is);



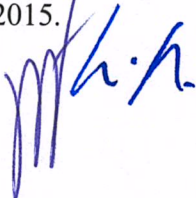
d) todas as despesas necessárias ao regular patrocínio do aludido processo, incluindo-se aí as despesas de reprografia inerentes ao processo, as despesas de transporte dentro do Estado do Rio de Janeiro e os custos operacionais do **Escritório**, tais como, telefone, fax, internet, serviços de recorte de publicações, correio, malote, etc;

e) as despesas de envio de documentos aos locais indicados pela **CEDAE**.

No valor ajustado estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste **CONTRATO**.

Os processos cautelares, dada sua acessoriedade, serão remunerados de forma autônoma apenas quando e enquanto estiverem tramitando sem a existência do processo principal, ou perante órgão judiciário distinto deste último. Caso contrário, a remuneração destes processos estará incluída na remuneração do processo principal.

O escritório contratado terá direito aos honorários de sucumbência, cf. cláusula sexta, parágrafo quarto do contrato n. 035/2015.



Financeira, do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - RIOSEGURANÇA, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Michel Cardoso Lessa, ID Funcional nº 4345726-2. Processo nº SEI-16/219/000055/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Diretoria de Polícia Ostensiva, do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - RIOSEGURANÇA, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Lívia Maria Almeida da Conceição, ID Funcional nº 5037322-6. Processo nº SEI-16/219/000048/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 15 de junho de 2019, **CRISTIANA DUDA DE MENEZES**, ID Funcional nº 5097089-6 do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAJ-5, do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - RIOSEGURANÇA, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-16/219/000055/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de junho de 2019, **GILBERTO SILVEIRA JUNIOR**, ID Funcional nº 44011489-4, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAJ-5, do Serviço de Cadastro e Controle, da Divisão de Terceiros, Permissãoários e Entidades, da Diretoria de Registro de Veículos, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº E-16/005/193/2019.

NOMEAR FILIPE XAVIER TRINDADE, ID Funcional nº 5029741-4 para exercer, com validade a contar de 17 de junho de 2019, o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAJ-5, do Serviço de Cadastro e Controle, da Divisão de Terceiros, Permissãoários e Entidades, da Diretoria de Registro de Veículos, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Gilberto Silveira Junior, ID Funcional nº 44011489-4. Processo nº E-16/005/193/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 17 de junho de 2019, **RICARDO CALHAU LARDOSA**, ID Funcional nº 4401516-0, do cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAJ-5, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº E-16/005/193/2019.

NOMEAR WELINTON PERISSE DO EGITO JUNIOR, ID Funcional nº 5039232-3, para exercer, com validade a contar de 17 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAJ-5, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Ricardo Calhau Lardosa, ID Funcional nº 4401516-0. Processo nº E-16/005/193/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 24 de junho de 2019, **NATASHA LOBO GONÇALVES DA SILVA**, ID Funcional nº 5099495-0, do cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, Processo nº E-12/18/05612/2018.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de junho de 2019, **FABIO AUGUSTO FERNANDES**, ID Funcional nº 1911645-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, Processo nº E-22/012/12/2019.

NOMEAR ALEXANDRA DRABIK CHAVES, ID Funcional nº 5025375-1, para exercer, com validade a contar de 01 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, anteriormente ocupado por Leonardo Cardoso de Castro Dickinson, ID Funcional nº 5099635-0. Processo nº E-26/016/500/2019.

EXONERAR PEDRO MACHADO PEREIRA JUNIOR, ID Funcional nº 4236443-4, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRORJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Pedro Machado Pereira Junior, Processo nº E-10/005/20126/2018.

NOMEAR ANTONIO CARLOS FREIRA DE ALMEIDA para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRORJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Pedro Machado Pereira Junior, Processo nº E-10/005/20126/2018.

NOMEAR LUCAS DO DESTERRO CAVALCANTI, para exercer, com validade a contar de 13 de maio de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAJ 6, do Departamento de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga resultante da transformação do Decreto nº 46.653, de 10 de maio de 2019. Processo nº SEI-18/007/000146/2019.

NOMEAR TALES MOREIRA DELGADO, para exercer, com validade a contar de 20 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAJ 6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga resultante da transformação do Decreto nº 46.653, de 10 de maio de 2019. Processo nº SEI-18/007/000143/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 10 de junho de 2019, **DÉBORA ÁVILA BARBOSA**, ID Funcional nº 5098302-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, do Departamento Geral de Administração e Finanças, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, Processo nº SEI-31/003/000220/2019.

NOMEAR RENATA LÚCIA SOUTO para exercer, com validade a contar de 10 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, do Departamento Geral de Administração e Finanças, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Débora Ávila Barbosa, ID Funcional nº 5098302-4. Processo nº SEI-31/003/000224/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 21 de maio de 2019, **ADRIANA MEDALHA PEREZ**, ID Funcional nº 5098302-2, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Coordenadoria de Programas e Projetos Institucionais, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, Processo nº SEI-31/003/000218/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de junho de 2019, **PATRICIA OLIVEIRA MARTINS**, ID Funcional nº 5098122-6, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, Processo nº SEI-31/003/000222/2019.

NOMEAR MAIRA ANDREZA PACHECO FONSECA PORTELLA para exercer, com validade a contar de 11 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Patrícia Oliveira Martins, ID Funcional nº 5098122-6. Processo nº SEI-31/003/000223/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de junho de 2019, **WASHINGTON OLIVEIRA BARBOSA**, ID Funcional nº 4421511-5, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAJ-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, Processo nº SEI-31/003/000219/2019.

NOMEAR ANA LUIZA COELHO MARQUES para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAJ-6, da Superintendência de Articulação e Promoção da Juventude, da Subsecretaria de Esporte, Lazer e Juventude, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, Processo nº SEI-30/001/009991/2019.

EXONERAR BRUNA DOMINGUES LESSA ROSSI, ID Funcional nº 4458873-4, do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-7, da Subsecretaria de Esporte Lazer e Juventude, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, Processo nº SEI-30/001/009717/2019.

ID: 2169233

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 19 DE JUNHO DE 2019

PROCESSO E-12/207/1519/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **SIMONE MOREIRA**, Auditor, ID Funcional nº 5026276-0 do Quadro de Pessoal da Contradição Geral do Estado, à Prefeitura Municipal de Quissamã a fim de exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, com ênfase para o órgão cessionário.

ID: 2169206

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 19 DE JUNHO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/207/1151/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 03 de abril de 2019, página 12, 3ª coluna, quanto à lotação do servidor **MARCIO SOARES GOMES**, RG nº 62.205-6, para a Coordenadoria Institucional de Segurança.

PROCESSO Nº E-12/207/1879/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **SÉRGIO LUIZ GONÇALVES**, Agente de Portaria, ID Funcional nº 1921835-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

ID: 2169325

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 18.06.2019
PÁGINA 8 - 2ª COLUNA

Onde se lê:
DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 17 DE JUNHO DE 2019

PROCESSOS Nºs E-12/207/792/2019 e E-12/207/793/2019

Leia-se:
DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 30 DE MAIO DE 2019

PROCESSOS Nºs E-12/207/792/2019 e E-12/207/793/2019

ID: 2168235

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 10.06.2019

PROCESSO Nº E-03/002/191530/2019 - VALÉRIA DA SILVA ROSA, ID Funcional nº 36216731, Professora Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Cuidador Social, matrícula nº 12376321 (Prefeitura Municipal de Niterói).
LICITA e acumulação de cargos pela servidora, nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "b", da CRFB/1988.

ID: 2169552

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR-Nº 146 DE 19 DE JUNHO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-01, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta no Decreto nº 41.880/09

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores **JORGE FONTELES DE MOURA**, Assessor de Auditoria, matr. 1658, **SÉRGIO GUILHERME POLICIANO PERES SOARES**, Chefe do Serviço de Atividades Auxiliares, matrícula 1848, **ESTEVÃO DA SILVA JARDIM BOTAS**, matrícula 1827, Assistente de Diretoria, para, sob a presidência do primeiro, constituir Comissão de Sindicância com objetivo de, no prazo de 20 (vinte) dias, examinar os fatos que deram origem a despeça de exercício anterior, conforme consta no Processo nº E-12/079/700/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de junho de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 147 DE 19 DE JUNHO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-01, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta no Decreto nº 41.880/09

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores **JORGE FONTELES DE MOURA**, Assessor de Auditoria, matr. 1658, **SÉRGIO GUILHERME POLICIANO PERES SOARES**, Chefe do Serviço de Atividades Auxiliares, matrícula 1848, **ESTEVÃO DA SILVA JARDIM BOTAS**, matrícula 1827, Assistente de Diretoria, para, sob a presidência do primeiro, constituir Comissão de Sindicância com objetivo de, no prazo de 10 (dez) dias, examinar os fatos que deram origem a despeça de exercício anterior, conforme consta no Processo nº E-12/079/417/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de junho de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor-Presidente

ID: 2169559

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR-Nº 148 DE 19 DE JUNHO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-01, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta no Processo nº E-12/079/73/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MARCELO LIMA GARCIA DE AZEVEDO**, Chefe do Serviço de Material, matr. nº 1920, **SÉRGIO GUILHERME POLICIANO PERES SOARES**, Chefe do Serviço de Atividades Auxiliares, matrícula nº 1848, **MIGUEL RIBEIRO BAPTISTA**, Chefe de Seção de

Apoio Administrativo, matr. nº 558, **RICARDO MOREIRA DIAS**, Chefe da Seção de Conservação, matr. nº 421, para, sob a presidência do primeiro, constituir Comissão com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 06/2019 firmado com a Empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de junho de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor-Presidente

ID: 2169227

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 14/05/2019
PÁGINA 04 - 3ª COLUNA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/05/2019

PROCESSO Nº E-12/079/251/2019
Onde se lê: ... ADJUDICO o fornecimento a Empresa ENFERMED SERVIÇOS E SAÚDE LTDA-ME ...

Leia-se: ... ADJUDICO o fornecimento a Empresa ENFERMED SERVIÇOS E SAÚDE LTDA-ME ...

ID: 2169226

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 17/05/2019

PROCESSO Nº E-12/211/53/2019 - RATIFICO a dispensa de licitação, em conformidade com o art. 25, da Lei Federal nº 8.666/1993, a favor da Telemar Norte Leste S/A, cujo o objeto é a prestação de serviços de comunicação de dados de longa distância (WAN), conexão internet e serviços complementares de TI para o Governo do Estado do Rio de Janeiro (órgão do Estado do Rio de Janeiro) no valor de até R\$ 64.393.331,28, com fulcro no art. 24, inciso IV, da supracitada Lei, nos termos da autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

ID: 2169388

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 20/05/2019
PÁGINA 04 - 3ª COLUNA

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO
DE 17/05/2019

PROCESSO Nº E-04/171/829/2017
Onde se lê: ... REVOGO ...
Leia-se: ... ANULO ...

ID: 2169546

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR
DE 18/06/2019

PROC. Nº E-04/446.103/1987 - RICARDO SANTANA - Técnico de Suporte, Computação e Processamento, matrícula nº 293.078-2 - CONCEDO 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 29/01/2014 a 18/04/2019.

ID: 2169933

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/06/2019

DESIGNA FABIO LUIZ GOMES, Assessor Jurídico, Chefe, como Presidente, **MARIANA LOPES DA SILVA** e **SCHIELLE PELUSO ROSSI**, Advogadas D, como membros titulares e **MANOELLA SIQUEIRA CAMPOS DA COSTA SANTOS**, Advogada B, como membro suplente, Gerente do Contrato **FERNANDA TITO COSTA**, Advogada A e **BIRU NO SOUZA PINHO**, Economista B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à CONTRATAÇÃO REMANESCENTE DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, FISCAL E DE DEFESA EM PENALIDADES, NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL, de que trata o Processo nº E-07/160.281/2019, Ordem de Serviço P/FIS Nº 25.145-00/2019.

ID: 2169006

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 17/06/2019

PROCESSO Nº E-07/160.167/2019 - RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor total de R\$ 6.700,08 (seis mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), em favor da SETE SERVIC ELEVADORES LTDA-ME, referente aos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PECAS, EM ASSISTÊNCIA AOS 2(006) ELEVADORES DA ELEVATÓRIA SUBTERRÂNEA DO LAMEIÃO.

ID: 2169898

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEGOVIGAF Nº 63 DE 19 DE JUNHO DE 2019

INSTITUI COMISSÃO E DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SEI-15/001/005393/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **LEANDRO DE CARVALHO ALEM**, ID Funcional nº 5097743-1, **ARÉDIA MARTINS**, ID Funcional nº 2029744-0 e **EDMOMAR DA SILVA FERREIRA**, ID Funcional nº 5089698-1, para constituir a atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 004/2019.

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Gabinete do Governador

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Convênio de Cooperação
DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2019
PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ e o Município de São Fidélis.
OBJETO: União dos meios materiais e humanos dos CONVENIENTES na administração do trânsito no território do Município, inclusive quanto ao exercício do poder de polícia, em decorrência das atribuições delegadas pelos artigos 22 e 24 do CTB, competindo-lhes, em conjunto ou separadamente, a aplicação das penalidades de multas cabíveis estabelecidas nos referidos dispositivos legais.
PRazo: 04 (quatro) anos, contado da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos através de Termos Aditivos.
REFERÊNCIA: PROCESSO Nº E-16/039/15/2019

Id: 2189113

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO LEÃO XIII
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 002/2019.
PARTES: FUNDAÇÃO LEÃO XIII e a Empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A.
OBJETO: Contratação emergencial de prestação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC.
PRazo: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 123.813,31 (cento e vinte três mil oitocentos e treze reais e trinta e um centavos).
NOTA DE EMPENHO: 2019NE00139.
DATA DE ASSINATURA: 07.06.2019.
FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO Nº: E-26/013/420/2018.

Id: 2189884

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN-RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, considerando a classificação final do concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos de nível médio, pertencentes à parte permanente do quadro de pessoal do DETRAN-RJ, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 18 de novembro de 2013 e retificada em 23 de dezembro de 2013:

RESOLVE:

1 - CONVOCAR, conforme decisão da 2ª Vara da Comarca de Valença, proferida na Ação Judicial nº 0000414.10.2014.8.19.0064, o candidato, a seguir mencionado, para o cargo de Assistente Técnico de Trânsito, do Quadro Permanente do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, da Vice-Governadoria do Estado, em vaga prevista no Edital 01/2013, para comparecer à Divisão de Registro e Controle, situada à Avenida Presidente Vargas, 817, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, munido da documentação relacionada no item 3, no dia 27 de junho de 2019, das 10:00h às 15:00h.

Assistente Técnico de Trânsito - Portador de Deficiência

Classificação	Inscrição	Nome
5	351755	GILSON ROGERIO PEREIRA

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR CHEFE DA ARF 17.01 - DUQUE DE CAXIAS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos responsáveis pela firma, abaixo citada, no prazo de 15 (quinze) dias contados desta publicação, para cumprir a exigência em ação fiscal da Inscrição Estadual, que se encontra na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar, nº 383 - 3º andar, Centro - Nova Iguaçu - RJ.

Tomar ciência dos processos E-04/117/000030/2019, no Cartório da ARF 17.01 - Duque de Caxias.

RAF	521128-76
Razão Social	VILAR METAIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA
Inscrição Estadual nº	79978954
Endereço	COMENDADOR TELES S/N LT 20 QD 216, VILAR DOS TELES, SÃO JOÃO DE MERITI - RJ

EDITAL

O AUDITOR CHEFE DA ARF 17.01 - DUQUE DE CAXIAS, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos responsáveis pela firma, abaixo citada, no prazo de 15 (quinze) dias contados desta publicação, para cumprir a exigência em ação fiscal da Inscrição Estadual, que se encontra na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar, nº 383 - 3º andar, Centro - Nova Iguaçu - RJ.

Tomar ciência dos processos E-04/016/000477/2018, no Cartório da ARF 17.01 - Duque de Caxias.

RAF	52264379
Razão Social	PETROANDAIME DO BRASIL SERV. ESP. LTDA
Inscrição Estadual nº	79035556
Endereço	RODOVIA RIO-MAGÉ, 1432 SL 202 DUQUE DE CAXIAS - RJ

Id: 2188893

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONSELHO PLENO

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO

Na Sessão do Conselho Pleno a ser realizada no dia 26 de junho de 2019, às 14h30min serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSOPROCESSO	NOME / RAZÃO SOCIAL
39.898E-04/109531/2000	DARROW LABORATORIOS LTDA
60.221E-04/044253/2012	ITC LOGISTICA LTDA
63.216E-04/006/004031/2014	BSC SHOPPING CENTER S/A